

O papel do discurso nos processos de constituição identitária do surdo: um olhar da análise crítica do discurso

Derli Machado de Oliveira¹

Daisy Mara Moreira de Oliveira²

Resumo

Este trabalho, de abordagem qualitativa, cuja metodologia utilizada é a revisão bibliográfica, analisa, a partir das funções identitária, relacional e ideacional (FAIRCLOUGH, 2008), o papel do discurso nos processos de constituição identitária do surdo, com base em autores como Strobel (2008), Perlin (2010), Skliar (2010), entre outros, que narram eventos históricos e discursivos que contribuíram para a construção da identidade surda desde a Antiguidade até a Pós-modernidade. Os resultados apontam que, historicamente, dois discursos se confrontaram, um referendado pelo ouvinte, que naturalizou uma representação identitária estigmatizada e estereotipada do surdo, e outro construído a partir do próprio surdo, que resultou na ressignificação da sua identidade.

Palavras-chave: Análise Crítica do Discurso; Identidade Surda; Bases Funcionais da Linguagem.

The role of discourse in the processes of identity constitution of the deaf: a view of critical discourse analysis

Abstract

This work, with a qualitative approach, whose methodology used is the bibliographic review, analyzes, from the identity, relational and ideational functions (FAIRCLOUGH, 2008), the role of discourse in the processes of identity constitution of the deaf, based on authors such as Strobel (2008), Perlin (2010), Skliar (2010), among others, who narrate historical and discursive events that contributed to the construction of deaf identity from Antiquity to Postmodernity. The results point out that, historically, two discourses confronted each other, one endorsed by the listener, who naturalized a stigmatized and stereotyped identity representation of the deaf, and another constructed from the deaf himself, which resulted in the resignification of his identity.

Keywords: Critical Discourse Analysis; Deaf Identity; Functional Bases of Language.

Introdução

Nas últimas décadas o tema identidade(s) tem sido objeto de estudo de várias áreas do conhecimento, entre elas a Análise Crítica do Discurso (ACD), mais especificamente nos trabalhos de um dos seus mais renomados representantes, Fairclough (2008), cujo enfoque se dá em como o discurso contribui para o processo de mudança cultural e nas construções de identidade sociais.

Partindo do pressuposto de que os discursos, em consonância com os aspectos sociais e culturais de seus produtores, são responsáveis não só pela construção de identidades dos

¹ Universidade Federal de Sergipe, Itabaiana (SE). derli_machado@hotmail.com.

² Universidade Federal de Sergipe, Itabaiana (SE). daisymmo01@gmail.com.

sujeitos, mas também pela sua reprodução, contestação e reestruturação, este artigo visa apresentar uma análise sobre o papel do discurso na constituição e representação identitária do surdo desde os tempos primórdios até a contemporaneidade.

Para alcançarmos esse objetivo, esta pesquisa qualitativa, que envolve uma abordagem interpretativa do mundo (DENZIN; LINCOLN, 2006), adota a revisão bibliográfica como metodologia, na qual foram selecionados autores renomados como Strobel (2008), Perlin (2010), Skliar (2010; 2015), Costa (2010), Quadros (2006), e Sá (2006) que apresentam em suas pesquisas eventos históricos e discursivos que contribuíram para a construção, manutenção e reconstrução da identidade surda ao longo dos tempos.

Esses pesquisadores apontam que a constituição indentitária do sujeito surdo tem passado por processos de mudanças nas últimas décadas. E para compreender o discurso atual acerca do surdo é preciso, como ressalta Costa (2010, p.16), “[...] verificar como os sinais presentes na materialidade discursiva produzem efeitos de sentido e em quais discursos anteriores o atual se ancora”. Para tanto, faz-se necessário observarmos a construção discursiva da identidade social do surdo da Antiguidade à Contemporaneidade.

Aplicaremos neste trabalho as três funções da linguagem propostas por Fairclough (2008), identitária, relacional e ideacional, que fornecem três modos de análise do discurso: o modo como as identidades são constituídas no discurso; o modo como os participantes do discurso representam e negociam as relações sociais no discurso; e os modos pelos quais os textos significam o mundo e seus processos, entidades e relações, respectivamente.

Este trabalho está organizado em mais quatro seções, além desta introdução. Na segunda, apresentamos, a partir de alguns conceitos chaves da Análise Crítica do Discurso, a relações existentes entre identidade social, discurso, ideologia, hegemonia e o poder. Na terceira, traçamos um perfil do discurso hegemônico ouvintista acerca do surdo, visando compreender como se deu a construção da imagem (identidade social) dos surdos desde a Antiguidade até a Modernidade. Na quarta seção, apresentamos o surgimento do contradiscurso constitutivo da identidade surda a partir da visão do surdo. Na quinta e última seção trazemos a discussão e as considerações finais.

Identidade social na perspectiva da análise crítica do discurso e suas relações com o discurso, a ideologia, a hegemonia e o poder

Fairclough (2008), um dos principais expoentes da Análise Crítica do Discurso (doravante ACD), propõe a análise do discurso em três dimensões: como texto, prática discursiva e prática social. A primeira analisa a parte linguística; a segunda observa os processos de produção, distribuição e consumo dos textos; já a terceira tem como foco as ideologias e hegemonias, formas de poder imbricadas nas práticas discursivas.

Para a ACD, portanto, o discurso, além das questões de natureza linguística, tem relação intrínseca com a estrutura social; desse modo ele deve ser compreendido em seus aspectos históricos, culturais e ideológicos. De acordo com Fairclough (2008, p.56), o discurso

[...] contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes. O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo o mundo em significado.

Da citação acima, depreendemos que o discurso, como uma via de mão dupla, é um modo de ação e representação socialmente constitutivo e constituído das estruturas sociais. Entre as dimensões das estruturas sociais que são constituídas pelo discurso está a identidade social.

O conceito de identidade social é crucial para a ACD, principalmente para estabelecer sua relação com as ideologias e as formas de manutenção de poder inseridas no discurso. Em suas reflexões acerca do papel do discurso na construção de identidades e as implicações nas relações de poder em diferentes contextos socioculturais, Fairclough (2008, p.209) concluiu que “[...] as formas pelas quais as sociedades categorizam e constroem identidades para seus membros são um aspecto fundamental do modo como elas funcionam, como as relações de poder são impostas e exercidas, como as sociedades são reproduzidas e modificadas”.

Portanto, para a ACD, as identidades sociais não só são representadas, mas também são construídas e/ou reconstruídas nos e por meio dos discursos. Além disso, elas são legitimadas institucional, cultural e historicamente pela coletividade.

De acordo com os pressupostos da ACD, discurso é definido como “[...] um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especificamente sobre os outros como também um modo de representação” (FAIRCLOUGH, 2008, p.90-91).

Fairclough (2008), utilizando-se dos pressupostos teóricos da linguística sistêmico-funcional (LSF), que preconizam o estudo da linguagem a partir das suas funções sociais, adapta o modelo das macrofunções propostas por Halliday (2004)³, as funções ideacional, interpessoal e textual, para atender seus propósitos analíticos.

Para Fairclough (2008) existem três formas de efeitos e contribuições do discurso, sendo elas: contribuição para construção de identidades sociais no que diz respeito à posição de sujeito, nesse caso poderíamos dizer: quem sou eu frente ao outro, ou seja, os tipos dos “eus”; em segundo lugar, na construção das relações sociais entre as pessoas; e finalmente, a contribuição do discurso na construção do sistema de conhecimentos e crenças.

Esses três efeitos, de acordo com Fairclough (2008), correspondem a três funções da linguagem que fornecem três modos de análise do discurso: a identitária, associada aos modos pelos quais as identidades são constituídas no discurso; a relacional, relacionada à maneira como os participantes do discurso representam e negociam as relações sociais no discurso; e a ideacional, vinculada aos modos pelos quais os textos significam o mundo e seus processos, entidades e relações.

Através das funções identitária e relacional é possível observar-se como “[...] as relações sociais são exercidas e as identidades sociais são manifestadas no discurso, mas também, naturalmente, a como as relações sociais e as identidades são construídas, (reproduzidas, contestadas e reestruturadas) no discurso (FAIRCLOUGH, 2008, p.175).

Fairclough (2008), ao tratar sobre a construção das identidades sociais, ou como ele mesmo define – a construção do “eu”, afirma que o “eu” está implícito no conceito de ethos, ou seja, de um ponto central no qual pode-se unir não somente as variáveis características do discurso, mas também como reage o comportamento das pessoas no discurso na construção de uma versão particular do “eu”. Para o autor, o papel do discurso na criação/construção do “eu” é de fundamental importância uma vez que:

³ HALLIDAY, M. A. K; MATTHIESSEN, C. M. I. M. Introduction to functional grammar. London: Arnold, 3. ed., 2004.

[...] a função da identidade na linguagem começa a assumir grande importância porque as formas pelas quais as sociedades categorizam e constroem identidades para seus membros são um aspecto fundamental no modo como elas funcionam, como as relações de poder são impostas e exercidas, como as sociedades são reproduzidas e modificadas (FAIRCLOUGH, 2008, p.209).

Posto isto, nas próximas seções, voltaremos nosso olhar para o(s) discurso(s) constitutivo(s) da identidade surda a partir dessas três funções.

O discurso hegemônico constitutivo da identidade surda a partir da perspectiva ouvinte

Pesquisadores como Skliar (2010), Sá (2006), Honora e Frizanco (2006) e Costa (2010), registram em seus trabalhos um percurso histórico do discurso hegemônico ouvintista que construiu a imagem (identidade social) dos surdos desde a Antiguidade até a Modernidade.

Esses pesquisadores destacam que os ouvintes concebiam o surdo como um ser deficiente. Os surdos eram representados como incapazes. Havia também a crença de que a surdez, assim como outras anormalidades, era associada aos castigos divinos.

Honora e Frizanco (2006) registram que no período da Antiguidade a maioria das sociedades praticava a eugenia de crianças que nasciam com alguma deficiência física, entre elas as surdas. Tal comportamento era gerado pela falta de conhecimento sobre a surdez e por pressuporem que toda surdez era geneticamente transmissível. Assim, utilizavam-se da eugenia com a finalidade de melhorar a espécie humana.

Sá (2006) destaca que por meio do processo de exclusão, atribuiu-lhe a imagem de povo inferior e subalterno. Rejeitados por suas famílias, os surdos eram depositados em lugares confinados como mosteiros, conventos e asilos.

Costa (2010, p.27) resume assim qual era a imagem que o ouvinte tinha do sujeito surdo: “[...] imagem do surdo não humanizado ou a figura humana de natureza inferior, não aceita e não compreendida pela sociedade que busca figuras para representar este sujeito. Sua imagem encontra similaridades entre os animais e os monstros”.

De acordo com Sá (2006, p.70), o judaísmo e o cristianismo contribuíram para a “[...] elevação na significação da surdez e dos surdos, ao defenderem a ideia de que eram pessoas como outras quaisquer [...]”. Assim, partindo dessa premissa, durante a Idade Média, a imagem

desse sujeito foi sendo modificada através da atuação de religiosos que passaram a atribuir-lhe o direito à salvação eterna através do batismo. Porém, como bem coloca Sá (2006, p.72), nesta história pode-se observar mais a imagem dos benfeitores (religiosos) com seus feitos e escondeu-se “[...] a prática social de colocar à margem os diferentes e asilá-los”.

No entanto, apesar desses pequenos avanços, os direitos básicos ainda eram-lhes vedados, como casarem-se, receberem heranças, entre outros. O acesso à educação também era negado ao surdo. De acordo com Sá (2006), só na Modernidade, a partir do século XVIII, é que surgem os primeiros registros sobre os surdos em situações educacionais em instituições religiosas. Na metade do século XIX o atendimento educacional passou a ocorrer através da metodologia oralista.

Skliar (2010, p.16) define o oralismo como o “[...] holocausto linguístico, cognitivo e cultural que viveram os surdos [...]”, época em que os surdos eram proibidos de utilizarem a língua de sinais nos espaços escolares.

Na Pós-Modernidade, metade do século XX, surge uma nova metodologia denominada de Comunicação Total, a qual era uma combinação de sinais, oralização e datilologia. A falha desta metodologia está localizada no fato que se usava de todos os recursos, mas o fim era o de oralizar.

Portanto, durante vários séculos, o discurso ouvintista de dominação e manipulação, no qual as desigualdades são legitimadas e reproduzidas, construiu e naturalizou a identidade negativa da surdez. A historicidade dos povos surdos não era reconhecida, os sujeitos surdos eram vistos como deficientes, anormais, doentes ou marginais.

Com base na função identitária, é possível identificar que estão presentes no discurso dos ouvintes sobre o surdo, estratégias discursivas que visavam à construção de uma representação identitária estigmatizada para o surdo. Esse discurso contribuiu para estabelecer uma identidade marginalizada do surdo.

Quanto à função relacional, observa-se que as relações sociais entre os participantes ouvintes e surdos foram representadas seguindo o modelo hegemônico da superioridade do sujeito ouvinte, no qual predominavam as relações de dominação, discriminação, poder e controle.

Em relação à função ideacional, vinculada aos modos pelos quais os textos significam o

mundo e seus processos, entidades e relações, observa-se, a partir das nomenclaturas utilizadas, tanto na oralidade quanto na escrita, para fazer referência ao sujeito surdo, que este era descrito pelo ouvinte de maneira estereotipada com palavras como: surdo-mudo, deficiente, incapaz, entre outras.

Perlin (2010, p.55), escritora surda, dissertando sobre os estereótipos dos surdos criados pelos ouvintes, diz que “[...] estereótipo sobre o surdo jamais acolhe o ser surdo, pois o imobiliza em uma representação contraditória, em uma que não conduz a uma política de identidade [...]”. Para ela, são os estereótipos criados pelos ouvintes que controlam de certa forma o surdo, limitando-o em sua produção cultural.

Corroborando com esse pensamento, Costa (2010, p.8) afirma que o discurso produzido sobre o sujeito surdo lhe conferiu uma posição no discurso de marginalização diante das relações de poder que se estabelecem entre os grupos sociais:

Observaremos ao longo da leitura que historicamente o discurso a respeito do surdo sempre existiu nos enunciados dos ouvintes; sempre se falou sobre o surdo, e a ele foram atribuídos adjetivos que lhe conferiram uma posição-sujeito no discurso. Essa posição-sujeito nem sempre pode ser considerada positiva, e por isso abriu-se espaço para a materialização de conceitos e pré-conceitos que conferiram ao surdo uma posição-sujeito marginal no que diz respeito às complicadas relações de poder dentro do grupo social.

O discurso estereotipado dos ouvintes a respeito do sujeito surdo provocou, ao longo da história, reações não só por parte das comunidades surdas em todo o mundo, como também de ouvintes que se engajaram na luta para desfazer a imagem da surdez ligada apenas ao déficit biológico, gerando o que podemos denominar de contradiscurso, marca de resistência ao discurso hegemônico ouvintista. Desta vez a construção discursiva da identidade do surdo é referenciada e referendada pela visão do surdo, e não do ouvinte.

O contradiscurso constitutivo da identidade surda a partir da visão do surdo

Nesta seção, destacamos a criação de um novo discurso, o discurso da resistência que se opõe ao discurso ouvintista dominante. Pesquisadores como Souza e Góes (1999), Strobel (2008), Perlin (2010), Skliar (2010, 2015), Sá (2006), Honora e Frizanco (2006) e Costa (2010)

registram o surgimento de movimentos sociais que buscavam contrapor o discurso historicamente produzido pela maioria ouvintista, cuja representação identitária concebia o surdo como um ser deficiente. O objetivo era promover, a partir da visão do sujeito surdo, a construção discursiva de uma nova identidade social desse sujeito, que passaria a ser representado não mais como um ser deficiente, mas como um ser diferente.

Sá registra (2006, p.35) que somente na Pós-Modernidade, depois de “[...] uma nova forma de pensar e de entender o mundo, apareceu um novo clima sociocultural, uma atitude de suspeita e de crítica [...]” das posições anteriores ocupadas pelos surdos na história. Nesse sentido, a reconfiguração das práticas sociais fez emergir novos discursos associados à inclusão dos surdos no contexto social.

A partir desse momento, constata-se a existência de uma prática discursiva emancipatória, na qual a posição-sujeito negativa que caracterizava a historicidade discursiva do sujeito surdo passou a ser contestada, provocando o surgimento de um discurso que buscava a valorização da sua identidade e sua cultura.

Souza e Góes (1999) destacam que nesta época surgiram, a partir da iniciativa de linguistas, pedagogos, antropólogos e das comunidades surdas, movimentos socioantropológicos contra a colonização exercida pela cultura dominante ouvintista. O que se visava nestes movimentos era combater a ideologia historicamente produzida pelo discurso ouvintista, que concebia o surdo como um ser deficiente, para construir outra ideologia – a do ser diferente e capaz.

No Brasil, segundo Costa (2010), a partir da década de 1980, esse contradiscurso ganhou força e forma nas vozes dos envolvidos no processo de autoidentificação por meio de uma política afirmativa e ideológica de homogeneidade cultural e identitária. Ainda de acordo com ele, o discurso diferenciado do surdo possibilitou o atributo comparativo. Ou seja, desaparece a hierarquização de poder do ouvinte sobre o surdo, do “normal” sobre o “anormal”, do “eficiente” sobre o “deficiente”, possibilitando a comparação entre eles de maneira igualitária, levando-se em conta as suas potencialidades.

A autora ainda acrescenta que esse deslocamento da posição-sujeito passou a ocorrer de fato a partir de 2008, através de um contradiscurso, no qual a posição do surdo ascendeu de uma visão médico patológica para uma na qual este sujeito era visto “[...] em uma formação discursiva

de completude [...]” (COSTA, 2010, p.75).

Assim, neste novo panorama veio se desvelando e se desenhando discursos e práticas afirmativas, nas quais se buscava “[...] uma recolocação da discussão em um contexto mais apropriado à situação cultural, linguística e identitária dos surdos” (SÁ, 2006, p.17).

É neste cenário que brota o que denominaram de “Estudos Surdos”, os quais emergiram nas organizações dos movimentos das pessoas surdas em suas associações comunitárias com a participação de intelectuais que tinham por base os Estudos Culturais. Este último surgiu na Inglaterra na década de 1950 e tinha como objetivo a subjetividade, as identidades individuais e coletivas. Os estudos surdos têm como principal objetivo ressaltar “[...] as identidades, as línguas, os projetos educacionais, a história, a arte, as comunidades e as culturas surdas” (SKLIAR, 2010, p.5).

No Brasil, segundo Lopes (2010), quem teve a iniciativa de desenvolver os Estudos Surdos foi o pesquisador Carlos Skliar, em 1996. Época na qual tais estudos trouxeram uma interpretação diferenciada da visão socialmente construída do sujeito surdo, de incompetente e deficiente para competente, diferente. Acerca dessa nova visão, Costa (2010, p.49) afirma que

[...] o sujeito surdo não é mais anormal. Em razão do reconhecimento de sua língua ele agora é tornado diferente. Mas a pergunta que nos vem é: houve deslocamento? Sim, as palavras anormal e diferente dão sentidos distintos à posição-sujeito surdo. A primeira palavra remete a anômalo; fora das normas, irregular, contrário às regras. A segunda palavra remete ao que não é igual ao que é diverso, modificado. Deslocamos de uma forma discursiva de completude caracterizada pela falta para uma forma discursiva da diferença. A falta é a mesma, a audição. Contudo o sujeito surdo não é posicionado pela falta/incompletude, ele agora é posicionado pela falta/peculiaridade. A surdez torna-se característica, e não mais anomalia.

Desta forma, o contradiscurso constitutivo da identidade surda parte da seguinte lógica: se o que o tornava “anormal” era a falta de comunicação, o reconhecimento de uma via de comunicação, a língua de sinais, eleva a sua autoimagem de anormalidade para normalidade através de sua diferença comunicacional. Ou seja, se há uma forma de interagir com o sujeito surdo através de uma língua, a falta de audição é apenas uma diferença. Desta forma, a limitação auditiva não produz incapacidade comunicacional uma vez que existe uma comunicação – a

língua de sinais⁴.

A língua de sinais foi o principal elemento de modificação ou deslocamento no discurso acerca do sujeito surdo, que agora passa a representá-lo não mais como anormal, mas como diferente. Agora é a língua quem diz quem ele é, e não a sua perda biológica de audição.

Portanto, é possível afirmar que o reconhecimento de que o surdo possui uma língua foi um dos fatores preponderantes na reconstrução discursiva da identidade social do surdo, pois de todos os elementos que nos inserem numa sociedade, a língua é a base, o meio pelo qual sabemos quem somos e a qual grupo pertencemos.

Desta maneira, é possível constatar que no contradiscurso, a função identitária citada por Fairclough (2008) se constrói através do diferencial linguístico, e a função relacional por meio do posicionamento do surdo como um sujeito que possui língua própria, modificando, assim, o discurso até então predominante, proveniente da maioria ouvintista, o qual construiu e naturalizou uma identidade negativa da surdez.

A língua é um produto cultural, de caráter ideológico, de fundamental importância para a construção e afirmação da identidade social. Ao explicar o vínculo existente entre língua e identidade, Zágari (2006, p.66) ressalta que “[...] a identidade de um indivíduo se constrói na língua e através dela auxilia a proposta de que o discurso apresenta o mundo”.

A ACD (FAIRCLOUGH, 2008) amplia o conceito de língua (discurso), passando a considerá-la não só como forma de representação do mundo, mas também como uma prática social constitutiva de identidades sociais. Ou seja, a configuração da identidade social se dá através da língua.

Durante muito tempo os sujeitos surdos foram subordinados a uma prática discursiva que permitiu a criação e a manutenção da ideologia e do status quo de dominação ouvintista, na qual esses sujeitos sociais foram restringidos e controlados através da linguagem falada pelos sujeitos ouvintes.

É, portanto, através da língua de uma coletividade que os sujeitos imprimem sua identidade. Durante um grande período da história foi negado aos sujeitos surdos uma língua, pois foi-lhes imposta a oralização. O contradiscurso propiciou que se passasse da abordagem

⁴ Os estudos linguísticos aprofundados das línguas de sinais iniciaram com William Stoke no ano de 1960, nos Estados Unidos da América e, no Brasil, Lucinda Ferreira Brito (1986), Ronice Quadros (1995; 2004), Tanya Felipe (2002).

oralista como único método de ensino-aprendizagem do surdo para o reconhecimento da língua de sinais. Assim, a proposta do bilinguismo é atualmente considerada uma das melhores possibilidades de ensino por respeitar a língua de sinais como a língua (L1) dos surdos. E no caso brasileiro, a LIBRAS⁵ é considerada a (L1), e o português torna-se sua segunda língua (L2), e somente na modalidade escrita (BRASIL, 2005).

Salientamos que, nas literaturas pesquisadas, a língua de sinais dentro da homilia dos seus usuários é o que determina sua posição-sujeito no discurso, e, além disto, marca sua identidade e cultura.

Além da língua, outro fator preponderante para a constituição identitária surda foi o reconhecimento de que os surdos possuem uma cultura diferenciada dos ouvintes. Durante muito tempo a identidade cultural surda foi anulada por meio da crença de que a identidade cultural do ouvinte era superior.

O termo utilizado pelo escritor Skliar (2010, p.15) para descrever essa imposição cultural do ouvinte ao surdo é ouvintismo, que significa “[...] um conjunto de representações dos ouvintes, a partir do qual o surdo está obrigado a olhar-se e a narrar-se como se fosse ouvinte”. Segundo o autor, esta representação ouvintista teve sua legitimação oficial no Congresso de Milão, em 1888, ocasião em que se instituiu o oralismo como filosofia educacional para os surdos. Sá (2006, p.95), ao se referir ao ouvintismo afirma que: “[...] o termo ‘ouvintismo’ baseia-se na idéia de ‘colonialismo’, o qual se refere a uma relação de poder desigual entre dois ou mais grupos na qual ‘um não só controla e domina o outro, mas também tenta impor sua ordem cultural’”.

Perlin (2010, p 58) descreve o ouvintismo de duas formas: a primeira consiste na relação entre surdos e ouvintes em que a posição do ouvinte será sempre superior a do surdo; já a segunda, tem a ver com a relação de poder “[...] em graus variados, onde predomina a hegemonia através do discurso e do saber”.

Portanto, a cultura do ouvintismo, hegemônica até então, reproduzia não só a ideia de supremacia física e cognitiva do ouvinte, como também impunha o controle social do surdo através da imposição da cultura ouvinte.

⁵ A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) foi reconhecida como a língua dos surdos brasileiros através da Lei 10.436/2002. (BRASIL, 2002).

O contradiscurso constitutivo da identidade social surda trouxe a reboque a defesa da cultura surda, a qual a autora surda Strobel (2008, p.22) define como

[...] o jeito de o sujeito surdo entender o mundo e de modificá-lo a fim de se torná-lo acessível e habitável ajustando-os com suas percepções visuais, que contribuem para a definição das identidades surdas e das 'almas' das comunidades surdas. Isto significa que abrange a língua, as ideias, as crenças, os costumes e os hábitos de o povo surdo.

Analisando a citação acima é possível perceber que a autora utiliza termos antropológicos como “povo” para definir o grupo ou comunidade surda, como também de características que compõem o termo cultura: língua, ideias, crenças, costumes e hábitos.

Sá (2006, p.105), ao tratar sobre a visão fornecida pelos Estudos Culturais a respeito da afirmação da existência de uma cultura surda, diz que este discurso é “[...] uma das formas globais de vida ou das formas globais de luta, e é abordada através de uma reconstrução da posição social de seus usuários”. Assim, a luta das comunidades surdas ao ressaltar seu traço cultural e sua identidade é a forma que encontraram de ressignificar a surdez e o surdo no panorama social.

Sá (2006, p.113) diz que “[...] existe uma cultura surda que diferencia da cultura dos ouvintes, por meio de valores, estilos, atitudes e práticas diferentes”. Desta maneira fica evidenciado que, embora o discurso utilize a palavra cultura, a qual engloba um universo maior de características quando analisada pelo viés antropológico (raça, crenças, normas etc.), no discurso da comunidade surda seu significado está mais ligado à questões de valores, atitudes etc.

Silva (1998, p.58) ressalta que: “A identidade cultural ou social é o conjunto dessas características pelas quais os grupos sociais se definem como grupos: aquilo que eles são, entretanto, é inseparável daquilo que eles não são, daquelas características que os fazem diferentes de outros grupos”.

É unânime entre os pesquisadores a concepção de que a língua é o maior veículo de transmissão da cultura de um povo. Teske (2010, p.145) afirma que os surdos que nascem em uma família cujos membros são ouvintes e não se comunicam com eles na língua de sinais “[...] sofrerão um processo de perdas culturais”. Esta visão reforça a importância da comunicação com

o surdo ser feita através da língua dos sinais. Quando isso não acontece, gera um déficit de transmissão cultural por parte dos pares ouvintes que compõem seu ciclo social.

O mesmo autor ainda afirma, categoricamente, que: “É o parentesco cultural, e não o familiar consanguíneo, que forma uma relação social surda autêntica [...]” (TESKE, 2010, p.146). Ou seja, o surdo que nasce em uma família de ouvintes que não se comunicam com ele através da língua de sinais, perderá o repasse cultural normalmente transmitido entre os membros de um núcleo familiar, comprometendo sua construção identitária, o que só irá ocorrer quando este adentrar numa comunidade de surdos. Desta forma, o surdo inserido numa família ouvinte que não se comunica com ele, terá comprometida sua estrutura do “eu”, na medida em que “[...] não são estabelecidos diálogos com o outro” (FALCÃO, 2010, p.347).

Sobre essa temática, Strobel (2008, p.44) afirma que:

A língua de sinais é uma das principais marcas da identidade de um povo surdo, pois é uma das peculiaridades da cultura surda, é uma forma de comunicação que capta as experiências visuais dos sujeitos surdos, sendo que é esta língua que vai levar o surdo a transmitir e proporcionar-lhe a aquisição de conhecimento universal.

A partir do que foi exposto, podemos afirmar que a identidade social e a cultura social estão imbricadas no discurso. Nesse caso, a língua é um fator basilar na construção do discurso identitário e cultural do surdo.

As questões levantadas até aqui acerca do contradiscurso, que promoveu a reconstrução identitária do surdo a partir do reconhecimento de uma língua e cultura específicas e distintas, estão relacionadas ao modo como as funções identitária e relacional se manifestam no discurso. Todavia, é importante também observarmos as mudanças nas práticas discursivas a partir da função ideacional, vinculada aos modos pelos quais os textos significam o mundo e seus processos, entidades e relações.

Para Fairclough (2008), ao pesquisar como as construções de identidades sociais são construídas, redefinidas ou reconstruídas, diz que temos duas posições a exercer, a de produtor e intérprete. Como produtores escolhemos as palavras para expressarmos um significado, e como intérpretes decidimos como interpretar as palavras escolhidas pelos produtores.

Nesse sentido, outro aspecto observado é que os surdos, através de um novo discurso,

iniciaram uma revisão das nomenclaturas (rótulos), que a eles foram impressos nas produções orais e escritas dos ouvintes e reproduzidos pela interação social. Assim, optaram pela utilização de novos termos ou novos sentidos para velhos termos que os definissem de maneira a favorecer sua autoimagem social, isto é, de maneira mais igualitária em relação à maioria ouvintista, mostrando agora sua identidade grupal.

Sobre essa questão Costa (2010, p.49) pergunta: “O que determina novos sentidos a uma velha palavra e velhos sentidos a uma palavra nova?”. E responde afirmando que, sendo os sujeitos as fontes da significação das palavras, logo, faz-se necessário averiguar o momento histórico no qual as terminologias surgem, ou por quem são produzidos.

Entre as nomenclaturas antigas que foram substituídas por novas palavras está o termo “deficiente” que foi trocado por “surdo”. Isto ocorreu por entenderem que o primeiro tem uma carga semântica de déficit, de falta. Assim, ao utilizarem o termo “surdo” ao invés de “deficiente auditivo”, o surdo reafirma e reforça seu status identitário não mais pelo aspecto biológico, mas pelos aspectos culturais e linguísticos. Como afirma Sá (2006, p.17): “[...] surdez não diz respeito à ‘deficiência auditiva’ em um sentido restrito, biológico. Diz respeito às experiências e às identidades surdas. Identidades surdas, aqui, refere-se à maneira como os surdos definem a si mesmos, ou seja: de forma cultural e linguística”.

Acerca da utilização da nomenclatura “surdo”, a autora surda Perlin (2010, p.54) afirma que ela diz respeito “[...] a marca que identifica a nós, os surdos, em crescente oposição de termos próprios no interesse de gerar poder ‘para si e para os outros’”.

Ainda sobre o termo surdo, a autora Sá (2006, p.67) diz que a comunidade surda “[...] constrói sua identidade calcada principalmente nesta diferença”. E segue justificando que sua opção por não utilizar o termo “deficiente auditivo” é devido ao fato de ele ser utilizado pela área médica, enquanto que “surdo” está intrinsecamente ligado ao marco sociocultural da surdez.

Percebemos assim que a substituição do termo “deficiente auditivo” por “surdo” nesse novo discurso modifica a identidade do surdo, até então representada como inferior ao ouvinte por não ter capacidade auditiva, para uma identidade representada por um sujeito com poder/capacidade igual à do ouvinte, que possui língua e cultura próprias.

O segundo termo a ser destacado aqui nessa mudança discursiva é o que define o surdo

enquanto grupo social, qual seja, o de minoria linguística. A palavra “minoria” aqui utilizada se enquadra na definição dada por Kauchakje (2003, p.64).

As denominadas minorias (mulheres, homossexuais, surdos, pessoas com deficiência visual, cadeirantes, negros, índios, idosos, crianças, entre tantos outros recortes e cruzamentos das categorias de gênero, etnia, gerações) assim são consideradas porque trazem inscrito nos corpos algum atributo identificado como diferente e/ou porque não expressam ou não fazem parte dos grupos detentores do poder, embora possam manifestar por meio de sua organização, o poder social.

Os escritores pesquisados justificam o uso desse termo por entenderem que os surdos se encontram inseridos em uma sociedade majoritariamente ouvinte e se comunicam em uma língua diferente da oral-auditiva. Este deslocamento de conceito trouxe status social e direitos legais ao serem reconhecidos como minoria de acordo com a Lei da Libras (BRASIL, 2002).

Para os autores pesquisados, o discurso de identidade e cultura surda produzido a partir da contestação do surdo da sua posição social, representa a si mesmos através de nomenclaturas que os definem com “[...] identidade própria, mundo próprio, posição vantajosa, tem cultura rica, tem língua própria, história própria, tradição própria” (COSTA, 2010, p.73), gerando para si novos significados através das palavras, como bem coloca Fairclough (2008, p.231):

[...] palavras e significados estão envolvidos em processos de contestação e mudança social e cultural. Nesses casos, a relação palavra-significado pode mudar rapidamente, e assim muitos significados potenciais são instáveis, e isso pode envolver disputa entre atribuições conflitantes de significado e significados potenciais das palavras.

Desta maneira, nesses processos de contestação e mudança social e cultural, o surdo está se posicionando ideologicamente e politicamente, a fim de, na constituição desse novo discurso, produzir novos significados.

Discussão e considerações finais

Neste trabalho, cujo objetivo foi refletir acerca da constituição e representação identitária do surdo nos discursos, desde os tempos primórdios até a contemporaneidade,

procuramos analisar, com base na abordagem da Análise Crítica do Discurso de Fairclough (2008), mais especificamente nas três funções da linguagem propostas por ele, quais sejam: identitária, relacional e ideacional, como a identidade social do surdo foi construída nos e por meio dos discursos.

Através desses três modos de análise do discurso foi possível compreender: a) o modo como a identidade do surdo é constituída no discurso (função identitária); b) o modo como os participantes do discurso (ouvintes e surdos) representam e negociam as relações sociais no discurso (função relacional); c) o modo como os textos representam, constroem e reconstroem a identidade surda (ideacional).

Na análise dos discursos que constituíram o processo identitário do surdo, fundamentada na literatura pesquisada, constatou-se, por meio da análise da função identitária, que, historicamente, dois discursos se confrontaram, um referenciado e referendado pelo ouvinte, outro construído a partir da visão do sujeito surdo.

O primeiro, que predominou desde a Antiguidade até a Modernidade, construiu e naturalizou uma representação identitária estigmatizada e estereotipada do surdo a partir da visão clínica da surdez, na qual a surdez era concebida como doença. Nesse sentido, a imagem do sujeito surdo estava associada ao não humano, a seres sobrenaturais ou castigados pelos deuses.

Nesse período, o discurso a respeito do surdo, que só existia nos enunciados dos ouvintes, (re) produziu uma ideologia baseada na dicotomia “normais – anormais”, na qual os ouvintes eram os normais, e os surdos os “anormais”. Dessa forma, as relações sociais entre os participantes ouvintes e surdos, observadas por meio da função relacional, foram representadas seguindo o discurso hegemônico ouvintista, no qual predominavam as relações de dominação, discriminação, poder e controle. Uma forma de controle observada foi a ouvintização – forma de fazer o surdo viver de acordo com o modelo cultural ouvintista.

Quanto à função ideacional, observou-se que os textos desse período, tanto na oralidade quanto na escrita, construíram e representaram uma imagem estereotipada do surdo por meio de nomenclaturas como deficiente, surdo-mudo, incapaz, entre outras. As escolhas léxicas, portanto, contribuem para a construção identitária.

Em relação ao segundo discurso, o discurso da constituição identitária surda, ou o

contradiscorso, observamos que seus primeiros embates na arena discursiva acontecem na Pós-modernidade, a partir da recusa dessas representações ouvintistas dominantes, não só por parte dos surdos como também de ouvintes que se engajaram na resistência ao discurso hegemônico ouvintista. Nascia, então, um novo discurso constitutivo da identidade surda, referenciado e referendado pela visão do surdo.

Discorrendo sobre a resistência dos surdos à opressão cultural ouvintista, bem como acerca das suas conquistas sociais, a pesquisadora surda Strobel (2008, p.24) ressalta que “[...] o importante para eles é o pertencimento ao grupo usando a língua de sinais e cultura surda que ajudam a definir suas identidades surdas”.

O processo de resignificação identitária do surdo começa, portanto, pelo reposicionamento desse sujeito diante da sociedade por meio da afirmação de que ele pertence a um grupo social que possui uma língua própria. Aqui é possível constatar a função da linguagem proposta por Fairclough (2008) na dimensão identitária, na qual os surdos se posicionam como sujeitos que possuem uma língua específica, na modalidade visual-gestual. Desta forma, o surdo constrói discursivamente sua identidade social valorizando sua particularidade linguística diante de uma sociedade majoritariamente ouvintista/oralista.

Assim, depois de um longo período na história, em que os surdos foram considerados inferiores aos ouvintes por não possuírem uma língua, o reconhecimento da língua de sinais constituiu-se no seu maior atributo identitário.

Nessa resignificação identitária, constatamos também nas literaturas pesquisadas que, além do reconhecimento da língua como forma de construção identitária no discurso surdo, a afirmação de que eles possuem traços culturais próprios, ou seja, uma cultura diferenciada do ouvinte, foi um fator preponderante para a constituição dessa identidade. Nesse aspecto, a função relacional da linguagem fica evidenciada, na medida em que o surdo afirma sua posição-sujeito, através da identidade cultural, rompendo com os mecanismos de poder e de dominação da cultura ouvintista.

Merece destaque também a função ideacional da linguagem, por meio da qual o surdo começa a se posicionar socialmente como produtor do seu próprio discurso, o contradiscorso, e passa a escolher as palavras que melhor lhe definem, rompendo assim com os “rótulos estereotipados” que lhe foram historicamente atribuídos pelo ouvinte. Esse novo modo de

representação do surdo nos textos também faz parte do processo de (re) construção da identidade surda, proporcionando o empoderamento identitário do sujeito surdo.

Desta maneira, concluímos que, com base na teoria do discurso de Fairclough (2008), foi possível confirmar que as identidades sociais se constroem no e através do discurso, e por isso estão em constantes transformações. Desde a Antiguidade, e durante vários séculos, a construção da identidade social do surdo foi feita via mão única, ou seja, de um discurso modelado pela ideologia hegemônica do sujeito ouvinte, que naturalizou uma representação identitária estigmatizada e estereotipada do surdo.

Durante muito tempo o surdo não pôde representar a si mesmo, narrar sua história, pois não se reconhecia como sujeito possuidor de uma identidade surda, uma vez que sua língua e sua cultura não eram reconhecidas. Atualmente, a construção discursiva da identidade surda deixou de ser uma via de mão única para ser uma via de mão dupla. De um lado ainda permanece circulando o discurso da maioria ouvintista. Porém, do outro lado, se fortalece a cada dia o contradiscurso constitutivo da identidade surda configurado a partir da visão que o surdo tem de si mesmo. Essa visão é ancorada principalmente na defesa do reconhecimento da sua própria língua, por meio da qual ele acessa o conhecimento de mundo e da sua cultura, pode narrar a si mesmo e exprimir seus pensamentos e ideais.

O processo de mudança nas práticas discursivas que contribuíram para a construção da identidade surda se dá a partir de movimentos de resistência ao discurso hegemônico ouvintista, organizados pela própria comunidade surda e também por ouvintes engajados na sua causa, promovendo um contradiscurso, no qual a construção discursiva da identidade do surdo é modelada pela visão do surdo, e não do ouvinte.

Referências

BRASIL. *Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002*. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm. Acesso em: 1 jan. 2021.

BRASIL. *Decreto-Lei nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005*. Regulamenta a Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm. Acesso em: 10 jan. 2021.

COSTA, J. P.B. *A educação do surdo ontem e hoje: posição sujeito e identidade*. Campinas: Mercado de Letras, 2010.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (org.). *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006, p.15-41.

FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. 2. ed. Trad. Izabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

FALCÃO, L. A. B. *Surdez, cognição visual e libras: estabelecendo novos diálogos*. Recife: Editora do Autor, 2010.

HONORA, M.; FRIZANCO, M. L. E. (org.). *Livro ilustrado de língua brasileira de sinais: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez*. São Paulo: Ciranda Cultural, 2009.

KAUCHAKJE, S. Comunidade surda: as demandas identitárias no campo dos direitos, da inclusão e da participação social. In: SILVA, I. R.; KAUCHAKJE, S.; GESUELI, Z. M. (org.). *Cidadania, surdez e linguagem: desafios e realidades*. São Paulo: Plexus, 2003, p.57-76.

LOPES, M. C. Relações de poderes no espaço multicultural da escola para surdos. In: SKLIAR, C. (org.). *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 2010, p.103-120.

PERLIN, T. T. G. Identidades surdas. In: SKLIAR, C. (org.). *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010, p.51-73.

QUADROS, R. M. *Ideias para ensinar português para surdos*. Brasília: MEC; São Paulo: SEESP, 2006.

SÁ, N. R. L. *Cultura, poder e educação de surdos*. São Paulo: Paulinas, 2006.

SILVA, T. T. *Contrabando, incidentes de fronteira: ensaios de estudos culturais em educação*. Porto Alegre, 1998.

SKLIAR, C. Um olhar sobre o nosso olhar acerca da surdez e das diferenças. In: SKLIAR, C. (org.). *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 2010, p.5-32.

SKLIAR, C (org). *Atualidades da educação bilíngue para surdos: interfaces entre pedagogia e linguística*. Porto Alegre: Mediação, 2015.

SOUZA, R. M.; GÓES, M. C. R. O ensino para surdos na escola inclusiva: considerações sobre o

excludente contexto da inclusão. In: SKLIAR, C. (org.). *Atualidades da educação bilíngüe para surdos: processos e projetos pedagógicos*. Porto Alegre: Mediação, 1999, p.163-188.

STROBEL, K. L. *As imagens do outro sobre a cultura surda*. Florianópolis: Editora UFSC, 2008.

TESKE, O. A relação dialógica como pressuposto na aceitação das diferenças: o processo de formação das comunidades surdas. In: SKLIAR, C. (Org.). *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. 4 ed. Porto Alegre: Mediação, 2010, p.137-154.

ZÁGARI, M. R. L. O uso do presente na fonética/fonologia do português para explicar o passado. In: BARRETTO, M. M. G. S.; SALGADO, A. C. P. (org.). *Sociolinguística no Brasil: uma contribuição dos estudos sobre línguas em/de contato: homenagem ao professor Jurgen Heye*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2009, p.75-117.

Recebido em maio 2021.

Aprovado em junho 2022.